

As lutas de 2007

Como toda a população trabalhadora, os servidores federais iniciam 2007 sob o impacto dos ataques ocorridos no Rio de Janeiro. Eles trazem à memória outras ondas de violência – inclusive fora do nosso país – e têm uma relação direta com os ataques acontecidos em São Paulo em maio de 2006.

Na época, o EG 190 publicou uma nota (“De onde vem a corrupção e o caos”) que dizia:

“(…)é um fato que quanto maior é a abran-

gência do serviço público universal e quanto mais extensos são os direitos, maior será a estabilidade social.

Nos dias que correm, essas constatações se confirmaram tragicamente pela sua negativa.

Em Brasília, a chamada “operação sanguessuga” revelou como a descentralização/destruição da saúde pública ensejou a montagem de uma rede de corrupção (...). Em São Paulo, num quadro de desagregação social, desemprego, más condições

de habitação e transportes, máfias provocaram uma onda de violência.”

Quem pode negar que o dismantelamento dos serviços públicos e dos direitos – cujas ausências ensejam essas ondas de violência – é produto das “reformas” que “o mercado”, o Banco Mundial e o FMI já impuseram e continuam tentando impor ao nosso país?

Já está claro que, em 2007, será maior a disposição de luta dos trabalhadores para exigir do governo que rompa com

essa política e atenda as demandas populares, preservando a nação e a soberania, o que significa preservar e fortalecer os serviços públicos – isso é todo o contrário de fazer as tais “reformas” que volta e meia são reverenciadas por representantes do governo.

E também “é uma constatação unânime que ao lutar por seus direitos, pelos planos de carreira, pelo concurso público, os servidores estão lutando em defesa do serviço público.” (EG

190, maio de 2006).

Por isso, na execução do calendário de mobilização – com a perspectiva da greve – que os servidores estão preparando para 2007, um ponto chave para conquistarmos as reivindicações será combinar nossa luta específica com as lutas gerais, em defesa do serviço público e da própria nação.

Para vencer essa batalha, mais uma vez, a construção da unidade dos servidores será um elemento essencial.

Congresso aprova orçamento

O Congresso Nacional aprovou, no dia 22 de dezembro, o Orçamento da União para 2007. Para a despesa com o funcionalismo dos Três Poderes e do Ministério Público foram destinados R\$ 117,9 bilhões. A alteração feita pelo relator-geral do Orçamento, deputado Valdir Raupp (PMDB-RO), foi inferior a 0,1%. Os recursos destinados aos servidores federais não cobrem nem 1/3 dos compromissos assumidos pelo governo com o funcionalismo. De acordo com estimativa da Condsef, seria necessária uma verba extra de R\$ 14,9 bilhões.

Divulgação



A Lei Orçamentária Anual (LOA) também fixou o novo valor do salário mínimo em R\$ 380, a partir de abril de 2007. O reajuste irá influenciar no valor final da remuneração de

grande parte dos servidores do Executivo Federal que possuem o vencimento básico abaixo do mínimo e, por esta razão, recebem complementação em seus vencimentos.

“MP do Remendão” reabre prazos de opção para planos de carreira

A tão esperada “MP do Remendão” foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 30 de dezembro. Ela corrige parcialmente os textos das Leis provenientes das MPs 301, 302 e 304, editadas pelo governo em julho do ano passado:

■ A primeira correção diz respeito a substituição da expressão “fica criada a carreira” por “fica estruturada”, assegurando que o servidor não corra o risco de passar mais 15 anos na carreira antes de se aposentar.

■ A MP também estabelece novos prazos de opção para o Plano Geral de

Cargos do Poder Executivo (PGPE) e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

No entanto, como já tínhamos antecipado, a MP não contemplou nenhuma das demandas que gerariam impacto financeiro. Assim, a questão da paridade entre ativos e aposentados ficou de fora da emenda, assim como a equiparação das tabelas da Previdência e do PGPE, entre outras demandas específicas.

A assessoria jurídica do sindicato estuda as alterações e as novas orientações serão divulgadas em breve.

File-se ao Sindsep-DF: sindicato forte, a serviço da categoria!

HFA discute Plano de Carreira com o Planejamento

Em reunião com a secretária Adjunta de Recursos Humanos, Marilene Lucas Ferraz, e o assessor Wladimir Nepomuceno, ambos do Ministério do Planejamento, no dia 20 de dezembro, a comissão de servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA) cobrou uma posição do órgão em relação à estruturação da carreira do HFA.

O governo afirmou que irá compor um gru-

po com técnicos do Planejamento, do Ministério da Defesa e do próprio HFA que será responsável por preparar uma proposta de Plano a partir do projeto que já foi entregue ao ministério.

O modelo a ser adotado ainda não está definido, mas com certeza, só integrarão o Plano os servidores estatutários. Os celetistas continuarão no órgão, mas com regras traba-

lhistas diferenciadas.

O projeto deve ser discutido em um curto espaço de tempo. O calendário firmado prevê a finalização da proposta até o final de janeiro e já no início de fevereiro, o Planejamento deverá encaminhar o Projeto ao Congresso Nacional para que possa entrar em pauta logo no início da atual legislatura. A expectativa de aprovação do Plano é até julho deste ano.

Em seguida, começa a preparação de concurso público para supri-mento de vagas.

A comissão de servidores defendeu a necessidade de participação dos servidores no processo de formulação do Plano de Carreira, não se admitindo a implantação de uma proposta unilateral. Na discussão entendeu-se que a preparação do projeto constitui uma atribuição da

direção (governo), mas que os servidores, mediante suas direções sindicais, terão acesso a proposta do governo para realizar uma discussão com a base.

Os representantes do Planejamento informaram ainda que os contratos temporários serão prorrogados até julho de 2008. O objetivo é dar tempo para iniciar a estruturação e a regularização da força de trabalho do Hospital.

Funasa pretende substituir indenização de campo

Em audiência no dia 15.12, a Condsef discutiu com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e o consultor jurídico da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, a melhoria das condições de trabalho e a implantação de uma gratificação que substitua a atual indenização de campo para os servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No

entanto, o governo aceitou com a possibilidade de substituir a indenização por um adicional de campo, que ao contrário da indenização de campo e da proposta de gratificação, não seria incorporado à aposentadoria. O Sindsep é totalmente contrário a esta proposta. O que o governo pretende com essa substituição é retirar direitos dos servidores da Funasa.

GT irá analisar Plano de Carreira do MAPA

O Plano de Carreira e a implantação de uma gratificação para os servidores administrativos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi tema de reunião da Condsef com representantes do órgão. No que se refere a necessidade de adequar o plano de carreira, elaborado na Mesa Setorial de Negociação, para valorizar a área logística do MAPA,

ficou acertada a formação de um Grupo de Trabalho, que deverá apresentar os resultados de suas análises em um prazo de 30 dias. A expectativa é de que a portaria que institui o GT seja publicada ainda nesta semana. Após essa fase, o Plano será encaminhado novamente ao ministro da pasta para então ser encaminhado ao Ministério do Planejamento.

Decreto da greve aguarda assinatura de Lula

Os servidores ainda aguardam a publicação do Decreto que autoriza o pagamento dos dias perdidos em razão da greve de 2006. Segundo informações do Ministério do Planejamento, o ministro Paulo Bernardo está com a minuta do documento, faltando apenas a assinatura do presidente Lula. Nesta semana, as negociações com o governo devem ser retomadas.

ABIN: nível de apoio poderá ser atendido

Já concluiu seus trabalhos a comissão, nomeada no primeiro semestre de 2006, pelo diretor-geral Paulo Buzanele, para analisar a situação dos servidores do nível de apoio da Abin, incluindo aposentados e pensionistas.

As avaliações são de que mais de 100 servidores serão contemplados (cerca de 60%), o que já é um avanço significativo. Os demais permanecerão ainda no quadro de apoio. Nossa luta continua para novas vitórias em 2007!

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. **Redação:** Edison Cardoni, Oton Pereira Neves e Giselle do Valle - **Conselho Editorial:** Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP / Cia Propaganda - **Diagramação:** André Filho - **Tiragem:** 12.000 - **Impressão:** Intergraf - **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.**